

## Rolf Madaleno

Advogado e Professor de Direito de Família e Sucessões  
na Graduação e na Pós-Graduação da PUC-RS.

Diretor Nacional do IBDFAM.

Conselheiro Federal pela OAB-RS.

Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-RS.

[www.rolfmadaleno.com.br](http://www.rolfmadaleno.com.br)

# CURSO DE DIREITO DE FAMÍLIA

6ª edição

Revista, atualizada e ampliada

Lei 12.696/2012 Conselhos Tutelares

Lei 12.852/2013 Estatuto da Juventude

Lei 12.874/2013 Possibilita divórcio consular no exterior

Lei 12.955/2014 Prioridade de tramitação aos processos de adoção

Lei 12.962/2014 Altera a Lei 8.069/1990

Lei 13.010/2014 Altera a Lei 8.069/1990

Lei 13.058/2014 Altera a Lei 10.406/2002 sobre a guarda compartilhada

Lei 13.105/2015 Código de Processo Civil de 2015

Lei 13.112/2015 Permite o registro igualitário de nascimento de filho

CNJ Resolução 175/2013 – Casamento homoafetivo

CNJ Resolução 179/2013 – Lei 11.441/200

CNJ Resolução 190/2014 Cadastro Nacional de Adoção/estrangeiros

Provimento 28/2013 Dispõe sobre o registro tardio de nascimento

Provimento 37/2014 Dispõe sobre o registro da união estável

Resolução CFM 2013/2013

Ley 26.994/2014 Novo Código Civil Argentino



Rio de Janeiro

A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

Capa: Rafael Molotievski

1ª edição – 2008 / 6ª edição – 2015

CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros. RJ.

M151c

Madaleno, Rolf. 1954 – Curso de direito de família/Rolf Madaleno. – 6.ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-309-6065-0

1. Direito de família – Brasil. I. Título.

# ÍNDICE GERAL

<b>Capítulo 1 – Introdução ao Direito de Família</b> .....	1
1.1. O Direito de Família e o Código Civil .....	1
1.2. A descodificação do Direito de Família.....	3
1.3. A organização jurídica da família.....	4
1.4. A diversidade familiar .....	6
1.4.1. A família matrimonial .....	8
1.4.2. A família informal.....	9
1.4.3. A família monoparental.....	10
1.4.4. A família anaparental .....	10
1.4.5. A família reconstituída .....	11
1.4.5.1. O apelido da família do padrasto ou da madrasta (Lei n. 11.924/2009).....	14
1.4.6. A família paralela.....	15
1.4.6.1. O olhar discordante.....	22
1.4.6.2. A união poliafetiva.....	27
1.4.7. A família natural.....	29
1.4.7.1. A família extensa ou ampliada .....	30
1.4.7.2. A família substituta.....	30
1.4.8. A família eudemonista.....	30
1.4.9. A família homoafetiva.....	31
<b>Capítulo 2 – Noção de Família</b> .....	35
2.1. Conceito de família.....	35
2.2. Entidade familiar e proteção do Estado.....	36
2.3. A disseminação da família monoparental.....	37
2.4. A disseminação da família reconstituída.....	38
2.5. Noção de Direito de Família .....	39
2.6. Conteúdo do Direito de Família.....	41
2.7. Evolução do Direito de Família .....	42
2.8. A dessacralização da família.....	43
2.9. A despatrimonialização do Direito de Família .....	44
<b>Capítulo 3 – Direitos Fundamentais e Princípios de Direito de Família</b> .....	47
3.1. Direitos fundamentais .....	47
3.2. A eficácia dos direitos fundamentais.....	49
3.3. Princípio da dignidade humana no Direito de Família .....	49
3.4. O princípio da igualdade.....	51
3.4.1. Igualdade e minorias.....	54
3.4.2. Igualdade e grupos vulneráveis .....	55
3.4.3. Igualdade e isonomia constitucional .....	57
3.4.4. Igualdade e crianças vulneráveis.....	59
3.4.5. Igualdade e idosos vulneráveis.....	60

3.4.6.	Igualdade e mulheres vulneráveis .....	61
3.4.7.	A tutela judicial dos vulneráveis .....	61
3.4.8.	Igualdade e independência .....	62
3.4.9.	Igualdade e violência invisível .....	63
3.4.10.	Igualdade e idade .....	65
3.4.11.	A terceira idade e o regime de bens .....	67
3.4.12.	A experiência doutrinária e jurisprudencial .....	73
3.4.13.	O idoso e a alteração do regime de bens .....	77
3.4.14.	Vigência da Súmula n. 377 do STF .....	80
3.4.15.	O idoso e os alimentos .....	83
3.4.16.	A solidariedade alimentar do idoso .....	85
3.4.17.	O idoso como devedor de alimentos .....	88
3.4.18.	O idoso e a efetividade das decisões judiciais .....	90
3.4.19.	Efetividade e prisão do idoso por dívida alimentar .....	92
3.5.	Princípio da autonomia privada .....	96
3.6.	Princípio da liberdade .....	98
3.7.	Princípio da solidariedade familiar .....	98
3.8.	Princípio da monogamia .....	100
3.8.1.	Impedimento do casamento para a constituição da união estável .....	101
3.8.2.	A fidelidade .....	102
3.9.	Princípio da diversidade familiar .....	103
3.10.	Princípio da afetividade .....	104
3.11.	Princípio da igualdade da filiação .....	105
3.12.	Princípio da proteção da prole .....	106
3.13.	Princípio da proteção do idoso .....	106
3.14.	Princípio da proteção do jovem .....	107
<b>Capítulo 4 – Do Direito Pessoal – Do Casamento</b> .....		109
4.1.	Definição .....	109
4.2.	Da plena comunhão de vida .....	110
4.3.	Da gratuidade do casamento civil .....	113
4.4.	Casamento religioso com efeito civil .....	113
4.5.	Capacidade para o casamento .....	115
4.5.1.	Suprimento judicial de consentimento .....	118
4.6.	Dos impedimentos matrimoniais .....	119
4.7.	Das causas suspensivas .....	124
4.7.1.	A Súmula n. 377 do STF .....	129
4.7.2.	Revogação da Súmula n. 377 do STF .....	131
4.7.3.	O efetivo prejuízo .....	131
4.7.4.	Legitimidade ativa .....	132
4.8.	A habilitação para o casamento .....	133
4.8.1.	Presunção de morte .....	135
4.8.2.	Dispensa de proclamas .....	136
4.9.	Da celebração do casamento .....	137
4.9.1.	Consentimento .....	138
4.9.2.	O casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida .....	138
4.9.3.	Casamento por procuração .....	139
4.10.	Das provas do casamento .....	141
4.10.1.	<i>In dubio pro matrimonio</i> .....	142
4.10.2.	Casamento celebrado fora do Brasil .....	142
4.11.	Da invalidade do casamento .....	142
4.11.1.	Casamento inexistente .....	143
4.11.2.	Casamento nulo .....	144

4.11.3.	O casamento anulável.....	145
4.11.3.1.	Das causas de anulação.....	145
4.11.3.2.	Identidade, honra e boa fama.....	148
4.11.3.3.	Ignorância de crime anterior ao casamento.....	151
4.11.3.4.	Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave....	152
4.11.3.5.	Ignorância de doença mental grave.....	154
4.11.3.6.	Coação.....	155
4.12.	Prazos para a anulação do casamento.....	156
4.13.	Do casamento putativo.....	157
4.13.1.	Pressupostos da putatividade.....	158
4.13.2.	Efeitos da putatividade.....	159
4.13.3.	Efeitos em relação a terceiros.....	161
4.14.	A separação de corpos na invalidade do casamento.....	161
4.14.1.	A tutela antecipada da separação de corpos.....	166
4.14.2.	A separação de corpos da Lei n. 11.340 2006 - Lei Maria da Penha.....	168
4.14.3.	Da cumulação dos pedidos.....	170
4.14.4.	A nova separação de corpos.....	171
4.14.5.	A conveniência na determinação da dignidade humana.....	174
4.14.6.	A separação de corpos consensual.....	175
4.14.7.	A separação de corpos para afastamento do requerente.....	177
4.14.8.	A separação de fato.....	178
<b>Capítulo 5 – Da Eficácia do Casamento</b> .....		181
5.1.	Da eficácia do casamento.....	181
5.2.	Isonomia e patronímico.....	183
5.3.	Planejamento familiar.....	186
5.3.1.	Licença-maternidade (Lei n. 11.770 2008).....	187
5.4.	Deveres dos cônjuges.....	188
5.5.	Violação dos deveres conjugais.....	190
5.6.	Dever de fidelidade recíproca.....	190
5.7.	Infidelidade virtual.....	191
5.8.	A separação de fato e o dever de fidelidade.....	192
5.9.	Vida em comum no domicílio conjugal.....	195
5.10.	Ruptura do dever de coabitação.....	196
5.11.	Dever de mútua assistência.....	197
5.12.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos.....	199
5.13.	Dever de respeito e consideração mútuos.....	200
5.14.	As relações dos cônjuges no Direito Empresarial.....	202
5.15.	A direção da sociedade conjugal.....	207
5.16.	Contribuição conjunta das despesas do lar.....	207
5.17.	Domicílio conjugal.....	208
<b>Capítulo 6 – Da Dissolução da Sociedade Conjugal</b> .....		211
6.1.	Do sistema dual de dissolução.....	211
6.1.1.	O divórcio e a Emenda Constitucional n. 66/2010.....	213
6.1.1.1.	O divórcio em colisão com a separação judicial ou extrajudicial.....	222
6.1.1.2.	O divórcio da Emenda Constitucional n. 66/2010 e os deveres do casamento.....	224
6.2.	O fim da sociedade conjugal.....	225
6.3.	Morte real e morte presumida.....	226
6.4.	O retorno do ausente.....	228
6.5.	Dissolução pela nulidade ou anulação do casamento.....	230
6.6.	A dissolução da sociedade conjugal.....	230
6.7.	Da separação amigável.....	234

6.8.	Cláusulas separatórias.....	236
6.9.	Requisitos da separação amigável.....	239
6.10.	Renúncia à meação.....	241
6.11.	A promessa de doação.....	248
6.12.	Débitos fiscais e partilha unilateral de bens.....	250
6.13.	Da ratificação judicial.....	256
6.14.	Exceção à ratificação.....	259
6.15.	A ratificação na Lei n. 11.441/2007.....	260
6.16.	A retratação unilateral.....	261
6.17.	A separação causal.....	263
6.18.	Causas genéricas.....	271
6.19.	A separação litigiosa.....	273
6.20.	Separção judicial por causas objetivas.....	274
6.21.	Culpa e insuportabilidade da vida conjugal.....	277
6.22.	Direitos e deveres pessoais dos cônjuges na separação judicial.....	279
6.22.1.	Fidelidade recíproca.....	279
6.22.2.	Coabitação no domicílio conjugal.....	281
6.23.	Separção de corpos no divórcio.....	282
6.23.1.	Separção de corpos judicial e a Lei Maria da Penha.....	283
6.23.2.	Objetivo da Lei Maria da Penha.....	284
6.23.3.	Das medidas protetivas de urgência.....	284
6.23.4.	Da separção de corpos e a violência doméstica.....	285
6.23.5.	Caducidade da medida.....	287
6.24.	Mútua assistência.....	288
6.25.	Sustento, guarda e educação dos filhos.....	289
6.26.	Respeito e consideração mútuos.....	290
6.27.	Insuportabilidade da comunhão de vida.....	291
6.27.1.	Causas caracterizadoras da impossibilidade de coabitação.....	292
6.27.1.1.	O adultério.....	292
6.27.1.2.	Tentativa de morte.....	293
6.27.1.3.	Sevícia ou injúria grave.....	294
6.27.1.4.	Abandono voluntário do lar conjugal durante um ano contínuo.....	294
6.27.1.5.	Abandono malicioso.....	297
6.28.	Condenação por crime infamante.....	297
6.29.	Conduta desonrosa.....	298
6.30.	As provas ilícitas no Direito de Família.....	299
6.30.1.	A formação da convicção pela prova.....	299
6.30.2.	Princípios da prova.....	300
6.30.3.	Provas típicas e atípicas.....	301
6.30.4.	Prova ilícita e prova ilegítima.....	302
6.30.5.	Provas ilícitas.....	303
6.30.6.	A utilização das provas ilícitas no Direito de Família.....	305
6.30.7.	Princípio da proporcionalidade.....	309
6.31.	Separção pela ausência de comunhão de vida.....	312
6.32.	A causa genérica.....	314
6.33.	Separção objetiva.....	315
6.34.	Ruptura da vida em comum.....	316
6.35.	Grave doença mental.....	318
6.35.1.	Reversão dos bens conjugais.....	319
6.35.2.	A reversão tão somente no regime da comunhão universal.....	321
6.35.3.	Separção promovida por cônjuge incapaz.....	321
6.36.	A separação administrativa.....	322
6.36.1.	A separação extrajudicial da Lei n. 11.441/2007.....	325

6.36.2.	Opção ou imposição.....	327
6.36.3.	Divórcio extrajudicial com filhos menores ou maiores e incapazes.....	328
6.36.4.	Reconciliação.....	329
6.36.5.	Audiência de ratificação.....	330
6.36.6.	Separação e divórcio por procurador.....	335
6.36.7.	Cláusulas obrigatórias.....	337
6.36.7.1.	Cláusula sobre a partilha.....	337
6.36.7.2.	Cláusula sobre alimentos.....	338
6.36.8.	Recusa na escrituração.....	339
6.36.9.	Ausência de homologação e separação ou divórcio consular.....	341
6.36.10.	Intervenção do Ministério Público.....	341
6.36.11.	Execução das cláusulas.....	342
6.36.12.	Desconto da pensão em folha.....	343
6.36.13.	Anulação da escritura.....	343
6.36.14.	A separação de corpos extrajudicial.....	344
6.37.	Efeitos do divórcio.....	345
6.37.1.	Efeitos pessoais com relação aos cônjuges.....	345
6.37.2.	Retorno ao apelido de solteiro.....	346
6.37.3.	Impossibilidade de contrair novo casamento.....	347
6.37.4.	Efeitos com relação aos filhos.....	348
6.37.5.	Guarda dos filhos.....	348
6.37.6.	A guarda compartilhada.....	351
6.37.7.	Visitas dos filhos.....	352
6.38.	Efeitos materiais: alimentos entre cônjuges.....	353
6.38.1.	Alimentos dos filhos.....	354
6.38.2.	Partilha dos bens.....	355
6.38.3.	Decadência do divórcio extrajudicial.....	358
6.38.4.	Cobrança de aluguéis.....	358
<b>Capítulo 7 – O Dano Moral no Direito de Família.....</b>		<b>361</b>
7.1.	O dano moral no Direito de Família.....	361
7.2.	O dano moral no âmbito das relações afetivas.....	363
7.3.	O Código Civil e o dano moral no Direito de Família.....	365
7.4.	Dos argumentos que refutam a exclusão do dano moral no Direito de Família.....	367
7.5.	Os alimentos como forma de indenização.....	368
7.6.	Da cumulação do divórcio judicial litigioso com dano moral.....	370
7.7.	Os desdobramentos do dano moral no Direito de Família.....	374
7.7.1.	A doutrina amplamente permissiva.....	376
7.7.2.	A doutrina restritiva do dano moral.....	377
7.7.3.	Crítica à gradação do dano moral.....	381
7.7.4.	Doutrina contrária ao dano moral no Direito de Família.....	381
7.8.	Críticas ao dano moral.....	386
7.9.	O reconhecimento do estado de filiação.....	387
7.10.	O dano moral na investigação de paternidade.....	392
7.10.1.	O dano moral na desconstituição da paternidade.....	397
7.10.2.	O dever da mãe.....	399
7.10.3.	O dever de <i>velar</i> e o dano moral pelo abandono físico e psíquico do filho.....	402
<b>Capítulo 8 – Divórcio.....</b>		<b>411</b>
8.1.	O divórcio.....	411
8.2.	O divórcio direto.....	416
8.3.	O divórcio e a partilha de bens.....	419
8.4.	A representação do cônjuge incapaz no divórcio.....	421

8.5.	Divórcio consensual-judicial.....	421
8.6.	Divórcio litigioso-judicial.....	423
8.6.1.	A contestação no divórcio judicial.....	425
8.7.	O revogado divórcio por conversão da separação judicial.....	428
8.8.	Divórcio judicial por conversão consensual.....	431
8.9.	Divórcio judicial por conversão litigioso.....	433
8.10.	O divórcio extrajudicial da Lei n. 11.441/2007.....	435
8.11.	O divórcio extrajudicial por conversão.....	437
8.12.	A revogada exigência da prova da separação de fato por mínimos dois anos.....	438
8.13.	Efeitos do divórcio.....	440
8.14.	A partilha de bens.....	441
8.15.	Da representação dos cônjuges no divórcio extrajudicial.....	443
8.16.	O patronímico de casado no divórcio.....	444
8.17.	Pluralidade de divórcios.....	449
8.18.	O divórcio no direito internacional privado.....	450
<b>Capítulo 9 – Da Proteção da Pessoa dos Filhos.....</b>		<b>453</b>
9.1.	Da proteção da pessoa dos filhos.....	453
9.2.	Conceito de guarda.....	456
9.3.	A guarda na separação de fato e no divórcio judicial.....	462
9.4.	Guarda compartilhada.....	464
9.4.1.	A guarda compartilhada deveria pressupor consenso?.....	471
9.4.2.	Imposição judicial da guarda compartilhada.....	476
9.4.3.	Tempo de convívio equilibrado.....	481
9.4.4.	Plano de parentalidade.....	482
9.4.5.	Alimentos na guarda física compartilhada.....	485
9.5.	Direito e dever de visitas.....	486
9.6.	A multa no direito e dever de visitas - <i>Astreintes</i> .....	493
9.7.	O direito de visitas dos avós.....	495
9.7.1.	Um caso paradigma.....	497
9.8.	Síndrome de Alienação Parental (SAP).....	499
9.9.	Síndrome das falsas memórias.....	506
<b>Capítulo 10 – Das Relações de Parentesco.....</b>		<b>509</b>
10.1.	As relações familiares e o parentesco.....	509
10.2.	Direito Romano.....	511
10.3.	Desenlaces parentais.....	512
10.4.	Espécies de família e relações atuais.....	513
10.5.	Conceito de relações de parentesco.....	515
10.6.	Parentesco até o quarto grau.....	517
10.7.	Parentesco.....	519
10.7.1.	Contagem de graus.....	519
10.7.2.	Linhas de parentesco.....	520
10.7.3.	Tronco.....	521
10.7.4.	Parentesco por afinidade.....	521
10.7.5.	Árvore genealógica.....	522
<b>Capítulo 11 – Da Filiação.....</b>		<b>523</b>
11.1.	A filiação.....	523
11.2.	Filiação socioafetiva.....	525
11.3.	A desconstituição judicial da filiação socioafetiva.....	530
11.4.	O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios.....	536
11.4.1.	O direito ao conhecimento das origens genéticas.....	541



11.4.2.	Decadência da rejeição.....	545
11.4.3.	O parto anônimo.....	548
11.5.	Investigação de paternidade movida pelos netos.....	551
11.6.	Da possibilidade jurídica.....	552
11.7.	O posicionamento do STJ.....	554
11.8.	Determinação da maternidade.....	555
11.9.	A presunção de paternidade.....	557
11.10.	A presunção <i>pater is est</i> .....	559
11.11.	A filiação por presunção na fecundação assistida.....	561
11.12.	A reprodução assistida no Código Civil.....	562
11.13.	A inseminação artificial.....	563
11.14.	A inseminação artificial homóloga.....	563
11.15.	A proteção jurídica do nascituro.....	566
11.16.	Embriões excedentários.....	567
11.17.	A inseminação artificial heteróloga.....	569
11.18.	A fertilização ou fecundação <i>in vitro</i> (FIV).....	572
11.18.1.	A transferência de gametas para as trompas (GIFT).....	572
11.18.2.	Transferência de zigoto para as trompas (ZIFT).....	573
11.18.3.	A mãe de substituição.....	573
11.19.	A impugnação da paternidade.....	578
11.19.1.	O perigo da sacralização do DNA.....	578
11.20.	Negativa de paternidade.....	579
11.21.	A imprescritível impugnação da paternidade.....	585
11.22.	Prova da filiação.....	588
11.23.	Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA.....	588
11.24.	A prova judicial da impugnação da paternidade.....	593
11.25.	A presunção de paternidade pela recusa.....	596
11.25.1.	A recusa diante do Código Civil.....	597
11.25.2.	As perícias em DNA no Brasil.....	598
11.25.3.	A presunção legal no Código Civil.....	600
11.25.4.	A presunção e a perícia médica de DNA.....	603
11.25.5.	A presunção pela recusa.....	605
11.25.6.	A recusa do filho, da mãe e de outros parentes ao exame em DNA.....	607
11.26.	Elisão da paternidade pelo adultério.....	611
11.27.	Reconhecimento da paternidade.....	613
11.28.	O reconhecimento voluntário.....	615
11.28.1.	Outras formas de reconhecimento voluntário da paternidade.....	617
11.28.2.	Reconhecimento no registro do nascimento.....	619
11.28.3.	Por escritura pública ou escrito particular.....	619
11.28.4.	Reconhecimento por testamento.....	622
11.28.5.	Reconhecimento por manifestação direta e expressa perante o juiz.....	623
11.28.6.	Reconhecimento voluntário do artigo 2º da Lei n. 8.560/1992.....	624
11.29.	Reconhecimento de filho maior e de filho menor.....	625
11.30.	Ação anulatória de reconhecimento.....	625
11.31.	Reconhecimento judicial da paternidade.....	627
11.31.1.	Breve digressão histórica.....	628
11.31.2.	A equiparação dos filhos.....	629
11.31.3.	A investigação judicial da paternidade ou da maternidade.....	630
11.31.4.	Concubinato, união estável e presunção de paternidade.....	631
11.31.5.	Rapto e sua coincidência com as relações sexuais.....	632
11.31.6.	Escritos.....	633
11.31.7.	Legitimidade ativa.....	634
11.31.8.	Legitimidade passiva.....	636

11.31.9. Conteúdo da defesa do investigado.....	636
11.31.9.1. A negativa genérica.....	638
11.31.9.2. A <i>exceptio plurium concubentium</i> .....	638
11.31.9.3. Impossibilidade física do congresso sexual.....	640
11.31.9.4. Não coincidência das relações sexuais.....	641
11.31.10. Meios de prova.....	641
11.31.10.1. A prova documental.....	642
11.31.10.2. A prova testemunhal.....	643
11.31.10.3. As provas científicas.....	644
11.31.10.4. Provas hematológicas.....	645
11.31.10.5. O sistema HLA.....	645
11.31.10.6. Perícia em DNA.....	646
11.31.10.6.1. A perícia em DNA se basta?.....	648
11.31.11. A recusa ao exame pericial.....	651
11.31.12. Efeitos da Súmula n. 301 do STJ.....	654
11.32. Efeitos da sentença.....	656
11.32.1. Dos alimentos na investigatória.....	657
11.33. A coisa julgada na investigação de paternidade.....	659

<b>Capítulo 12 – Da Adoção.....</b>	<b>665</b>
12.1. Conceito de adoção.....	665
12.2. Considerações gerais.....	667
12.3. Natureza jurídica.....	668
12.4. Referências históricas.....	668
12.5. A adoção e o Código Civil.....	669
12.6. A Lei Nacional da Adoção.....	671
12.6.1. Princípio da prevalência em família.....	672
12.6.2. Do acolhimento familiar e institucional.....	672
12.6.3. Da família natural.....	673
12.6.4. A família extensa.....	674
12.6.5. Destituição do poder familiar.....	674
12.6.6. Colocação em família substituta.....	675
12.6.6.1. Cadastro de adoção.....	678
12.6.6.2. Direito à identidade genética.....	678
12.7. Requisitos para a adoção: idade.....	679
12.7.1. Diferença de idade.....	681
12.7.2. Adoção por casais.....	682
12.7.3. Consentimento do cônjuge.....	683
12.8. Adoção por avós.....	685
12.9. Adoção por irmãos do adotando.....	687
12.10. Consentimento dos pais, do representante e do adotando.....	688
12.11. Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros.....	689
12.12. Adoção por tutor ou curador.....	689
12.13. Adoção <i>intuitu personae</i> .....	690
12.14. Adoção por divorciados.....	693
12.15. Adoção póstuma.....	694
12.16. Adoção por estrangeiro.....	695
12.17. Adoção de nascituro.....	699
12.17.1. Personalidade jurídica do nascituro.....	702
12.18. Adoção à brasileira.....	703
12.19. Adoção de embriões.....	705
12.20. A adoção por homossexuais.....	707

12.21.	Efeitos pessoais da adoção.....	713
12.21.1.	Nome.....	714
12.21.2.	A adoção e o poder familiar.....	714
12.21.3.	Efeitos patrimoniais da adoção.....	715
12.21.3.1.	Alimentos.....	715
12.21.3.2.	Direito sucessório.....	715
12.21.4.	Irrevogabilidade da adoção.....	716
<b>Capítulo 13 – Do Poder Familiar.....</b>		<b>717</b>
13.1.	Breve noção histórica.....	717
13.2.	Função.....	718
13.3.	Natureza jurídica.....	719
13.4.	Titularidade do poder familiar.....	720
13.5.	Conteúdo do poder familiar.....	722
13.5.1.	A representação dos filhos.....	725
13.5.2.	Retenção indevida de filho.....	727
13.5.3.	Poder familiar e trabalho.....	728
13.5.4.	Do usufruto dos bens dos filhos.....	730
13.5.5.	Da administração dos bens dos filhos.....	731
13.6.	Extinção do poder familiar.....	734
13.7.	A suspensão do poder familiar.....	737
<b>Capítulo 14 – Do Direito Patrimonial.....</b>		<b>741</b>
14.1.	Do regime de bens e sua natureza jurídica.....	741
14.2.	Princípios gerais.....	743
14.3.	Classificação dos regimes de bens.....	747
14.4.	O pacto antenupcial.....	749
14.5.	Alteração do regime de bens.....	757
14.6.	Temor de fraude na mudança do regime de bens.....	763
14.7.	A prática da separação de fachada.....	765
14.7.1.	A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	767
14.7.2.	O direito adquirido e a retroatividade da alteração.....	774
14.8.	Do regime obrigatório da separação de bens.....	779
14.9.	Da administração dos bens e dos bens reservados.....	784
14.10.	Da reivindicação dos bens comuns.....	785
14.11.	Do regime legal de bens.....	786
14.11.1.	Bens de caráter próprio.....	788
14.11.2.	Bens de caráter comum.....	789
14.12.	Regime da comunhão parcial.....	790
14.12.1.	Fundos privados de pensão.....	804
14.12.2.	Bens que ingressam na comunhão parcial.....	808
14.12.2.1.	A título oneroso.....	808
14.12.2.2.	Por fato eventual.....	809
14.12.2.3.	Doação, herança ou legado.....	812
14.12.2.4.	Benfeitorias e acessões e incremento patrimonial societário.....	812
14.12.2.5.	Frutos civis e naturais.....	818
14.12.2.6.	O fundo de comércio como fruto civil.....	820
14.12.2.6.1.	A clientela dos profissionais liberais.....	821
14.12.2.6.2.	O aviamento da clientela dos profissionais liberais.....	823
14.12.2.7.	Aquisição com causa anterior.....	824
14.12.2.8.	Dívidas dos cônjuges.....	826
14.13.	Do regime de comunhão universal.....	828
14.13.1.	Bens excluídos da comunhão universal.....	830

14.13.1.1.	Bens doados ou herdados com incomunicabilidade .....	830
14.13.1.2.	Bens gravados de fideicomisso .....	831
14.13.1.3.	Dívidas anteriores ao casamento .....	832
14.13.1.4.	Doações antenupeciais .....	833
14.13.1.5.	Os bens dos incisos V a VII do art. 1.659 do CC .....	833
14.13.2.	Comunicação dos frutos e administração dos bens .....	836
14.13.3.	Extinção da responsabilidade e do regime de bens .....	840
14.14.	Do regime de participação final nos aquestos .....	843
14.14.1.	Na Costa Rica .....	846
14.14.2.	Na Alemanha .....	847
14.14.3.	Na França .....	849
14.14.4.	Na Espanha .....	850
14.14.5.	No Brasil .....	851
14.14.6.	Características do regime de participação final nos aquestos .....	853
14.14.7.	Aquisição onerosa .....	857
14.14.8.	Separação e termo inicial de partição dos aquestos .....	858
14.14.9.	Má administração .....	859
14.14.10.	Risco de fraude na divisão dos bens conjugais .....	860
14.14.11.	A ideia da liquidação antecipada .....	861
14.14.12.	Medidas cautelares no regime de participação final nos aquestos .....	861
14.14.13.	Regime de compensações .....	862
14.14.14.	Dívidas pessoais .....	862
14.14.15.	Irrenunciabilidade do direito à meação .....	863
14.14.16.	Regras de liquidação .....	863
14.14.17.	Disposição hereditária .....	864
14.15.	Do regime da separação de bens .....	864
14.16.	Mantença da família .....	867
14.16.1.	Compensação econômica (alimentos compensatórios) .....	868
14.17.	A separação obrigatória de bens .....	868
14.18.	A separação convencional de bens .....	869
14.19.	Os bens adquiridos durante a separação de fato .....	870
14.20.	Da fraude na partilha .....	873
14.20.1.	O lastro matrimonial .....	874
14.20.2.	A presunção de comunidade .....	874
14.20.3.	A separação e seu efeito na partilha .....	875
14.20.4.	A autonomia privada .....	875
14.20.5.	A fraude .....	876
14.20.6.	A fraude societária .....	877
14.20.7.	A fraude pela mudança do tipo social .....	880
14.20.8.	A fraude pela interposta pessoa física .....	882
14.20.9.	A boa-fé .....	883
14.20.10.	A fraude no casamento do Código Civil .....	885
14.20.11.	A fraude nos regimes de bens .....	886
14.20.12.	A fraude na união estável .....	887
14.20.13.	A outorga do convivente .....	888
14.20.14.	A indenização pela inoponibilidade .....	891
14.20.15.	Uma solução argentina .....	891
14.20.16.	A fraude pela formação de dívidas .....	892
14.20.17.	A prova da fraude e da simulação .....	893
14.20.18.	A anulação da partilha e prescrição .....	896
14.21.	Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores .....	898
14.21.1.	Bens excluídos do usufruto .....	900
14.22.	Da usucapião familiar pelo abandono do lar .....	901

<b>Capítulo 15 – Dos Alimentos</b> .....	907
15.1. Conceito.....	907
15.2. Espécies de alimentos.....	909
15.2.1. Quanto à sua natureza.....	909
15.2.2. Quanto à causa jurídica.....	912
15.2.3. Quanto à finalidade.....	914
15.2.3.1. Alimentos provisórios.....	915
15.2.3.2. Alimentos provisionais.....	917
15.2.3.3. Alimentos da tutela antecipada.....	919
15.2.3.4. A fungibilidade do § 7º do art. 273 do CPC.....	920
15.2.3.5. Pressupostos para a concessão da tutela antecipada.....	922
15.2.3.6. Tempo de duração da tutela antecipada.....	923
15.2.3.7. Da consagração da tutela antecipada para provimento alimentar.....	924
15.2.4. Quanto ao momento em que são reclamados.....	925
15.2.4.1. Alimentos pretéritos e futuros.....	925
15.3. Características da obrigação alimentar.....	927
15.3.1. Direito personalíssimo.....	928
15.3.2. Transmissibilidade.....	929
15.3.3. Divisibilidade.....	934
15.3.3.1. Litiseconsórcio na ação de alimentos.....	935
15.3.3.2. Da solidariedade nos alimentos do idoso.....	940
15.3.3.2.1. O título executivo extrajudicial dos alimentos do idoso.....	941
15.3.4. Condicionabilidade.....	942
15.3.5. Reciprocidade.....	943
15.3.6. Alternatividade.....	944
15.3.7. Imprescritibilidade.....	945
15.3.8. Irrepetibilidade.....	947
15.3.9. Incompensabilidade.....	950
15.3.10. Irrenunciabilidade.....	955
15.3.10.1. A validade histórica da renúncia alimentar.....	956
15.3.10.2. Renúncia expressa.....	958
15.3.10.3. A disponibilidade alimentar no vigente Código Civil.....	959
15.3.10.4. A renúncia aos alimentos no Projeto de Lei n. 6.960/2002.....	960
15.3.10.5. A irrenunciabilidade alimentar.....	961
15.3.10.6. O indevido retrocesso.....	963
15.3.10.7. A compensação como nova forma de acordo alimentar.....	963
15.3.10.8. A renúncia alimentar à luz do atual Código Civil.....	964
15.3.11. Impenhorabilidade.....	966
15.4. Obrigação alimentar de tios, sobrinhos, primos e parentes afins.....	967
15.4.1. Os alimentos na família reconstituída.....	972
15.5. Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes.....	975
15.6. Os alimentos na guarda e na tutela do ECA.....	975
15.7. Os alimentos do nascituro.....	976
15.7.1. Dos alimentos gravídicos.....	977
15.8. Os alimentos dos relativamente incapazes.....	979
15.9. A representação pelo Ministério Público nos alimentos.....	980
15.10. O constrangimento da ação ou da execução alimentar.....	985
15.10.1. O abuso do direito.....	991
15.11. Alimentos e prestação de contas.....	992
15.12. Alimentos com a maioria civil.....	997
15.12.1. Maioria civil e exercício abusivo do direito de alimentos.....	1002
15.13. Dever de sustento e obrigação.....	1004

15.14.	Formas alternativas de eficácia do pagamento dos alimentos.....	1006
15.14.1.	O protesto dos alimentos.....	1007
15.14.2.	A constituição de capital.....	1009
15.14.3.	<i>Astreintes</i> .....	1013
15.14.4.	O abandono material e a prisão descontínua.....	1015
15.14.5.	Perda do poder familiar.....	1015
15.14.6.	Suspensão da licença para dirigir.....	1016
15.15.	Dos alimentos entre parentes.....	1017
15.15.1.	Alimentos na guarda compartilhada.....	1018
15.16.	Dos alimentos dos avós.....	1019
15.17.	Da transmissão hereditária do dever alimentar.....	1023
15.18.	Dos alimentos dos cônjuges.....	1028
15.19.	Alimentos dos conviventes.....	1030
15.20.	Igualdade e independência econômica.....	1033
15.21.	Dos alimentos na homoafetividade.....	1036
15.22.	Rubrica alimentar.....	1037
15.22.1.	A alimentação.....	1038
15.22.2.	Habitação.....	1038
15.22.3.	Educação.....	1039
15.22.4.	Saúde.....	1041
15.22.5.	Vestuário.....	1041
15.22.6.	Lazer.....	1042
15.23.	Base de incidência dos alimentos.....	1042
15.24.	Pensão <i>intuitu familiae</i> e <i>intuitu personae</i> .....	1048
15.24.1.	Alimentos em espécie ou <i>in natura</i> .....	1049
15.25.	Dos alimentos transitórios.....	1051
15.25.1.	A duração dos alimentos transitórios.....	1053
15.26.	Alimentos compensatórios ou compensação econômica.....	1055
15.26.1.	A pensão alimentícia e a compensação econômica.....	1059
15.26.2.	Alimentos compensatórios e compensação econômica.....	1063
15.26.3.	Outras diferenças entre obrigação de alimentos e a compensação econômica....	1066
15.26.4.	Responsabilidade objetiva no Direito de Família.....	1068
15.26.5.	A duração da compensação econômica.....	1072
15.27.	A restituição dos alimentos.....	1072
15.27.1.	O abuso do direito nos alimentos.....	1072
15.27.2.	Do abuso do direito nas relações de família.....	1075
15.27.3.	Uma solução argentina para a fraude alimentar.....	1076
15.28.	Da renúncia e da exoneração dos alimentos.....	1076
15.29.	Perda do crédito alimentar por novo relacionamento.....	1080
15.29.1.	Conduta irregular da ex-mulher.....	1083
15.29.2.	Comportamento indigno.....	1085
15.30.	A desconsideração da personalidade física e jurídica nos alimentos.....	1090
15.30.1.	Sua incidência processual.....	1092
15.30.2.	A desconsideração ativa.....	1092
15.30.3.	A desconsideração ativa inversa e a quebra do sigilo fiscal, contábil e bancário....	1094
15.31.	A oferta de alimentos.....	1097
15.32.	A Majoração e redução dos alimentos e sua atualização automática.....	1098
15.33.	Cessação da obrigação de prestar alimentos.....	1102
15.34.	A execução de alimentos.....	1105
15.34.1.	Do cumprimento da sentença.....	1105
15.34.2.	Aplicação de multa.....	1107
15.34.3.	A defesa no cumprimento da sentença.....	1108

15.34.4.	Sentença para ser cumprida.....	1109
15.34.5.	Do cumprimento da sentença nos alimentos.....	1110
15.34.6.	Do procedimento expropriatório.....	1112
15.34.7.	A execução na práxis forense.....	1114
15.35.	Da execução internacional dos alimentos.....	1115
15.36.	A intributabilidade da pensão alimentícia.....	1117
15.36.1.	A participação da mulher nas atividades econômicas.....	1118
15.36.2.	A coabitação.....	1120
15.36.3.	Alimentos entre cônjuges.....	1121
15.36.4.	A função social da família.....	1122
15.36.5.	A necessidade de uma política de proteção familiar.....	1124
15.36.6.	O mínimo existencial.....	1125
15.36.7.	Renda e proventos.....	1126
15.36.8.	A tributação familiar.....	1127
15.36.8.1.	A condição de dependente.....	1129
15.36.9.	A capacidade colaborativa.....	1130
15.36.10.	O imposto de renda sobre a pensão alimentícia.....	1130
15.36.11.	A ausência de acréscimo patrimonial.....	1131
15.36.12.	A pensão alimentícia como encargo de família.....	1133
15.36.13.	Os alimentos e seu caráter indenizatório.....	1135
<b>Capítulo 16 – Do Bem de Família.....</b>		<b>1137</b>
16.1.	Bem de família.....	1137
16.2.	Conceito de bem de família.....	1138
16.3.	O advento da Lei n. 8.009/1990.....	1139
16.4.	O bem de família do Código Civil.....	1141
16.4.1.	Objeto do bem de família voluntário.....	1143
16.4.2.	Valor do bem de família voluntário.....	1143
16.4.3.	Procedimento de constituição e efeitos.....	1144
16.4.4.	Das isenções.....	1145
16.5.	Extinção do bem de família.....	1146
<b>Capítulo 17 – Da União Estável.....</b>		<b>1147</b>
17.1.	Antecedentes históricos.....	1147
17.2.	A Constituição Federal de 1988.....	1150
17.3.	A Lei n. 8.971/1994.....	1152
17.4.	A Lei n. 9.278/1996.....	1153
17.5.	O projeto de Lei n. 2.686/1996.....	1154
17.6.	Origem e definição.....	1154
17.7.	A expansão das uniões livres.....	1155
17.7.1.	Motivos econômicos.....	1156
17.7.2.	Motivos sociais.....	1157
17.7.3.	Motivos legais.....	1158
17.7.4.	Motivos ideológicos.....	1158
17.7.5.	Motivos raciais e religiosos.....	1158
17.7.6.	Outras causas de disseminação da união estável.....	1159
17.8.	Pressupostos de configuração da união estável.....	1159
17.8.1.	Diversidade de sexos.....	1159
17.8.1.1.	União homossexual.....	1160
17.8.2.	Coabitação.....	1171
17.8.3.	Prazo para constituição.....	1173
17.8.4.	Existência de precedente casamento.....	1175

17.8.5.	Convivência pública .....	1183
17.8.6.	Continuidade .....	1185
17.8.7.	Com objetivo de constituir família .....	1186
17.8.8.	Inexistência de impedimento matrimonial .....	1188
17.9.	Conceito de união estável .....	1189
17.10.	Direitos e deveres dos conviventes .....	1191
17.10.1.	Lealdade .....	1193
17.10.2.	Respeito .....	1194
17.10.3.	Assistência .....	1194
17.10.4.	Dever imaterial .....	1197
17.10.5.	Guarda, sustento e educação dos filhos .....	1198
17.10.6.	A coabitação como dever natural .....	1199
17.10.7.	O nome na união estável .....	1200
17.11.	Contrato de convivência .....	1202
17.11.1.	A retroatividade restritiva do contrato de convivência .....	1205
17.11.2.	A mudança do regime de bens na conversão em casamento .....	1206
17.11.3.	Regime de bens .....	1212
17.11.4.	Conversão em casamento .....	1217
17.11.5.	Usufruto e direito real de habitação .....	1219
17.11.6.	Contrato de namoro .....	1221
17.12.	Concubinato e relações paralelas .....	1224
17.12.1.	O olhar discordante .....	1226
17.12.2.	O concubinato e a monogamia .....	1229
17.12.3.	Do concubinato de boa-fé .....	1236
17.12.4.	O concubinato e a doação .....	1237
17.12.5.	O concubinato e a deixa testamentária .....	1237
17.12.6.	O concubinato e a previdência social .....	1238

<b>Capítulo 18 – Tutela</b> .....	1241	
18.1.	Conceito .....	1241
18.2.	Menores submetidos à tutela .....	1244
18.3.	A tutela no Direito Romano .....	1244
18.4.	A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente .....	1245
18.5.	Modalidades de tutela .....	1245
18.6.	Tutela testamentária .....	1247
18.7.	Tutela legítima .....	1248
18.8.	Tutela dativa .....	1249
18.9.	Tutela funcional .....	1251
18.10.	Exclusividade da tutela .....	1251
18.11.	Incapazes de exercer a tutela .....	1251
18.11.1.	Idoneidade .....	1252
18.12.	Designação do convivente como tutor .....	1255
18.13.	Escusa dos tutores .....	1255
18.13.1.	Mulheres casadas .....	1256
18.13.2.	Maiores de sessenta anos .....	1256
18.13.3.	Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos .....	1257
18.13.4.	Enfermidade .....	1258
18.13.5.	Habitação distante .....	1258
18.13.6.	Os que já exercerem tutela ou curatela .....	1259
18.13.7.	Militares em serviço .....	1259
18.13.8.	Aos que não forem parentes do menor .....	1259
18.14.	Prazo de escusa e decisão judicial .....	1259



18.15. Do exercício da tutela.....	1260
18.15.1. Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado.....	1261
18.15.2. Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado.....	1262
18.15.3. A administração dos bens e a tutela conjunta.....	1264
18.16. Atribuições do tutor.....	1266
18.16.1. Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autorização judicial.....	1267
18.17. Vedações ao tutor.....	1268
18.18. Garantia da tutela.....	1269
18.19. O protutor.....	1269
18.20. Responsabilidade do juiz.....	1270
18.21. Remuneração do tutor.....	1271
18.22. Responsabilidade do tutor.....	1271
18.23. Bens do tutelado.....	1272
18.24. Prestação de contas.....	1273
18.25. Cessação da tutela.....	1275
18.26. Das funções do tutor.....	1276
<b>Capítulo 19 – Da Curatela.....</b>	<b>1277</b>
19.1. Da curatela.....	1277
19.2. Conceito.....	1279
19.3. Pessoas sujeitas à curatela.....	1281
19.4. Curatela do nascituro.....	1285
19.5. Curatela do enfermo ou portador de deficiência física.....	1288
19.6. Velhice.....	1289
19.7. Curatela no Direito Romano.....	1291
19.8. Enfermidade ou deficiência mental.....	1292
19.8.1. Intervalos lúcidos.....	1293
19.9. Aqueles que, por outra causa duradoura, não puderem expressar sua vontade.....	1293
19.10. Deficientes mentais.....	1294
19.11. Ébrios habituais.....	1295
19.12. Os viciados em tóxicos.....	1296
19.13. Os excepcionais sem completo desenvolvimento mental.....	1296
19.14. Os pródigos.....	1297
19.15. Autocuratela.....	1299
19.16. Ação de interdição.....	1300
19.17. Das disposições comuns à tutela e à curatela.....	1303
19.18. Pessoas habilitadas ao exercício da curatela.....	1304
19.19. Curatela conjunta.....	1307
19.20. Efeitos jurídicos da sentença de interdição.....	1308
19.21. Levantamento da interdição.....	1310
19.22. Cessação da curatela.....	1311
<b>Bibliografia.....</b>	<b>1313</b>
<b>Índice Alfabético-Remissivo.....</b>	<b>1345</b>